

EXTRA

ESTADO DE SÃO PAULO



Receita
Federal
continua no
encalço dos
envolvidos.
Pág. X6

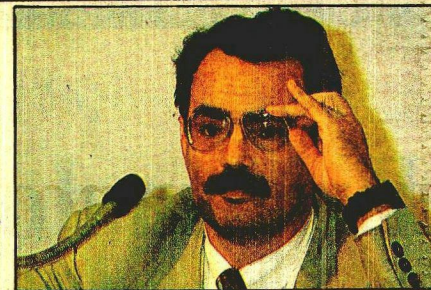
CPI

LEIA EXTRAS
"ÍNTEGROS DO
RELATÓRIO DA
COMISSÃO"

Orçamento

SÁBADO, 22 DE JANEIRO DE 1994

Fugas,
ameaças e
greve de fome
no vale-tudo
da pressão.
Pág. X3



Trabalho chega ao fim com divergências

293

Presidente da comissão, o senador Jarbas Passarinho reconhece que o relatório do deputado Roberto Magalhães não ganhou unanimidade e deixou de fora as empreiteiras

BRASÍLIA — Depois de 12 horas de sessão para leitura e votação do relatório final e 94 dias após seu início, a CPI do Orçamento foi encerrada com um discurso do presidente, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), em que admitiu a falta de unanimidade em torno da lista de 16 deputados, um suplente e um senador indicados para perder o mandato. "Não saímos daqui com unanimidade, mas acredito que alcançamos o consenso da Nação", definiu. Emocionado, Passarinho refutou as informações de integrantes da própria CPI de que houve um acordo político para poupar determinados parlamentares.

A falta de unanimidade ficou evidente logo depois da aprovação do relatório final, ressaltados os 53 pedidos de destaques propondo modificações. Os representantes do PSDB, PDT, PT, PSB e PC do B tentaram incluir na lista de cassações mais quatro parlamentares: os deputados José Luiz Maia (PPR-PI), José Carlos Vasconcelos (PRN-PE) e José Carlos Aleluia (PFL-BA) e o senador Saldanha Derzi (PRN-MS). O grupo foi enquadrado pelas subcomissões, mas não constou do relatório final por falta de provas conclusivas, segundo o relator Roberto Magalhães (PFL-PE). Os listados para cassação, segundo o relatório, cometeram os crimes de falta de decoro parlamentar, corrupção ati-

va, corrupção passiva, estelionato e formação de quadrilha, além de utilização indevida de verbas públicas. Dos 43 parlamentares investigados ao longo do processo, 11 continuarão na mira das Mesas da Câmara e do Senado, o caso de um foi entregue ao Ministério Público, outro à Receita Federal e 12 foram inocentados.

Como perderam por 16 a quatro a primeira votação, os partidos descontentes com o relatório final retiraram seus destaques de pauta. A única modificação introduzida no relatório de Magalhães foi a absolvição do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), inicialmente enquadrado na lista dos que deveriam continuar sob investigação.

A falta de referência às empreiteiras no relatório final foi outro motivo de descontentamento de parte dos integrantes da comissão. "Ele me disse que não deu tempo", explicou o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), responsável pelas investigações sobre as empreiteiras. "Mas mesmo assim, vou mandar meu relatório para o Ministério Público", avisou o sena-

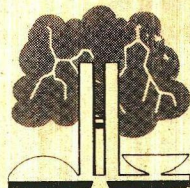
dor. Apesar disso, Magalhães apoiou destaque de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para criação imediata da "CPI dos Corruptores", destinada a investigar os negócios das grandes construtoras com o governo.

Além de defender a instalação da CPI, Magalhães fez também um discurso favorável à retomada da revisão constitucional. "Não importa se somos a favor ou contra a revisão neste momento", opinou. "O que importa é que ela tem de ocorrer pois o que fizemos nesta CPI confronta-se com a impunidade e o atraso do Estado brasileiro."

Como Magalhães, Passarinho acredita que a "próxima eleição vai mostrar que o País mudou". Para o senador, a comissão "cumpru sua missão". "Não fizemos pizza, sangramos na própria carne ao propormos a cassação de nomes emblemáticos do Congresso."

A CPI realizou 109 sessões, numa maratona ininterrupta, com as sub-

comissões em atividade durante todos os finais de semana desde 20 de outubro do ano passado. Setenta pessoas depuseram no período, num rush liderado pelo denunciante do esquema de manipulação de verbas: o ex-diretor-geral do Orçamento José Carlos Alves dos Santos foi quem falou por mais horas à comissão.



RELATOR
DEFENDE
REVISÃO DA
CARTA



Jarbas Passarinho e Roberto Magalhães põem fim à maratona: 43 colegas investigados em 94 dias